

A economia brasileira, finalmente, no caminho certo

- 2 AGO 1985

Ernesto Lozardo (*)

Tudo indica que as áreas econômicas do governo federal (Fazenda e Planejamento) quanto a monetária (Banco Central) estão sinalizando entendimentos e acertos no tocante ao programa de ajustamento interno delineado pelo ministro João Sayad. E de extrema importância esta convergência de entendimento no PND da Nova República, a fim de que o presidente Sarney possa obter o apoio político necessário na implantação do novo programa. Isto, sem dúvida, facilitará não só as negociações da dívida externa junto aos credores internacionais como também retirará o setor privado do imobilismo nos seus programas de investimentos, tornando-o a maior fonte criadora de empregos e de crescimento econômico.

O importante no momento atual é que o Brasil está contando com vários fatores a seu favor, os quais não ocorrem na Argentina e tampouco no México, nossos parceiros em volume de dívida externa.

Na Argentina, onde a inflação chegou a 1.000% ao ano, é muito pequeno o custo político do governo Alfonsín na adoção de medidas de choque implantadas para reformar o sistema financeiro. O governo argentino lançou sua última cartada para salvar o atual regime político. No entanto, em troca de uma redução da inflação de 30% em junho para perto de 4% em julho, o país atravessará mais um período de recessão, desemprego e queda no salário real dos trabalhadores. É importante ressaltar que a principal causa da elevada taxa de inflação na Argentina não é seu aspecto inercial mas sim a desordem monetária e ca suísmos na política fiscal, que não atenderam às necessidades de se controlar e eliminar o déficit público e as taxas de juros internas.

Como resultado, a Argentina perdeu, em termos

reais, mais de 10% do produto industrial nos últimos sete anos. Isso não se recuperará em menos de dez anos. Ademais, neste ano o país tem de saldar US\$ 14,5 bilhões da dívida externa, ou seja, 30% da dívida total, e não conta com reservas internacionais. Devido às gravidades econômico-financeiras e sociais, não restou ao governo argentino outra saída a não ser o tratamento de choque na economia. Se os argentinos aceitarem o atual programa de ajustamento econômico, as instituições políticas estarão salvas, e com grandes possibilidades de se ter um crescimento econômico significativo e sustentável dentro de dois anos. Caso contrário, observaremos mais um grande fracasso na economia latino-americana.

Diante do aparente sucesso do programa recessivo de ajuste no déficit público e da falta de liquidez externa, o México foi muito elogiado pelos seus credores internacionais e pelo

FMI em 1982/83. O remédio dado pelo FMI à crise mexicana foi o mesmo tentado no Brasil e na Argentina nos últimos cinco anos: cortes drásticos nos investimentos públicos; forte redução da base monetária e, por conseguinte, elevação das taxas de juros 20% acima das taxas de juros internacionais; redução da demanda por bens e serviços; desemprego; e, a qualquer custo social, saldos na balança comercial para pagar os juros da dívida externa. Em última análise, pagar as contas externa e interna com desemprego, fome e recessão.

Com a queda constante do preço internacional do petróleo nos últimos anos, o México vê-se, novamente, diante da possível insolvência nas contas externas, além de atraso tecnológico, perda de 6% no produto industrial e uma população mais empobrecida. Mais uma vez a fórmula do monetarismo ortodoxo não deu certo, e nunca dará nos países pobres do Ocidente.

A culpa pelo insucesso do ajuste econômico desses países não é do FMI nem dos credores internacionais. Os responsáveis são os próprios governantes, que não souberam agir com soberania e legitimidade na elaboração de um programa de ajuste condizente com as características do sistema econômico-financeiro do país. A saída é via austeridade e legitimidade no programa de ajuste com crescimento e desenvolvimento.

Devido ao fracasso das políticas econômicas anteriores em tentar conter a alta da inflação e promover o crescimento econômico, muitos não percebem que o Brasil está no caminho certo na primeira fase de montagem do programa de ajustamento econômico. Atualmente, o País conta com ventos externos a seu favor. O Brasil está com US\$ 8 bilhões de reservas internacionais; os juros externos estão caindo, o que representa uma economia de US\$ 1,5 bilhão nas con-

tas externas; a queda do preço internacional do petróleo representa uma economia de aproximadamente US\$ 2 bilhões; e espera-se um superávit de US\$ 11,5 bilhões na balança comercial neste ano. Mesmo com esses fatores favorecendo a economia brasileira, o mais importante é dar prosseguimento à implantação do PND da Nova República. Ele garante queda nas taxas de juros internas, redução do déficit público, estabilização da inflação e crescimento econômico de até 5% neste ano. Não podemos passar mais um ano em recessão, desemprego e atraso tecnológico.

O programa de ajustamento do PND da Nova República é tecnicamente viável. No entanto, a única forma de torná-lo realidade será mediante um pacto social de apoio às medidas que estão sendo implementadas. Por melhor que seja o programa, sem sustentação política não oferecerá os resultados econômicos e sociais desejados.

Este apoio ao programa é da maior importância para se criarem condições a uma segunda fase, ou seja, a elaboração de uma estratégia de crescimento, com desenvolvimento dos setores industrial, agrícola e comercial, voltada exclusivamente para o mercado interno. Será nessa fase que as reformas fiscal e monetária poderão ser amadurecidas e implantadas com sucesso. Realizar estas modificações sem ter respaldo político e resultados econômicos positivos é persistir nos mesmos erros da Argentina e do México. Não temos muito tempo. A hora de nos acertarmos é agora. Se assim for, espero que o governo da Nova República possa refutar a descrença do professor Gudín quanto à competência e à responsabilidade dos formuladores da política econômica brasileira.

(*) Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas — São Paulo.